

Edição v. 44
número 2 / 2025

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 44 (2)
mai/2025-ago/2025

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

DOSSIÊ

Dispositivos de fronteira, tecnologias digitais e soberania: uma leitura da Operação Acolhida como parte de um ecossistema de desinformação

Border devices, digital technologies and sovereignty: a reading of Operation Welcome as part of a disinformation ecosystem

SOFIA CAVALCANTI ZANFORLIN

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, Pernambuco, Brasil.
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: sofia.zanforlin@ufpe.br.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4030-1329>

JULIA AFONSO LYRA

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: juulialyra@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8493-3921>

LAURA SANTOS DE SOUZA

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, Pernambuco, Brasil.
E-mail: laura.lss@ufpe.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1023-7274>

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

ZANFORLIN, Sofia Cavalcanti; LYRA, Julia Afonso; SOUZA, Laura Santos de. Dispositivos de fronteira, tecnologias digitais e soberania: uma leitura da Operação Acolhida como parte de um ecossistema de desinformação. **Contracampo**, Niterói, v. 44, n. 2. 2025.

Submissão em: 08/08/2024. Revisor A: 04/02/2025; Revisor B: 25/02/2025. Aceite em: 05/08/2025.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v44i2.64016>

Resumo

O Brasil recebe venezuelanos por meio da Operação Acolhida (OPA), responsável pela documentação, triagem sanitária e abrigamento dos migrantes. Este artigo analisa a OPA a partir de três premissas: 1) a estruturação como um dispositivo de fronteira que insere a “vida nua” num outro *bios*, o midiático ou virtual (Sodré, 2021); 2) o uso de tecnologias digitais para controle e datificação de migrantes e sua relação com a questão da soberania nacional; 3) a legitimação como “política modelo” a partir de práticas de desinformação e pactuação de consensos. A análise, realizada a partir de trabalho de campo etnográfico e documentos recebidos via Lei de acesso à informação (LAI), mostra como a reiteração de enunciados parciais e a mobilização do medo, associados à redução da atuação estatal por meio das Forças Armadas e ONGs, têm acentuado a precarização da vida dos migrantes.

Palavras-chaves

Operação Acolhida; Fronteira; Desinformação; Vigilância; Soberania.

Abstract

Brazil receives Venezuelans through Operation Acolhida (OPA), which is responsible for the documentation, health screening, and shelter of migrants. This article analyzes OPA based on three premises: 1) its structuring as a border device that inserts “bare life” into another *bios*, the media or virtual one (Sodré, 2021); 2) the use of digital technologies to control and dataify migrants and its relationship with the issue of national sovereignty; 3) its legitimization as a “model policy” based on practices of disinformation and consensus building. The analysis, carried out based on ethnographic fieldwork and documents received via Lei de Acesso à Informação (LAI), shows how the reiteration of partial statements and the mobilization of fear, associated with the reduction of state action through the Armed Forces and NGOs, have accentuated the precariousness of migrants’ lives.

Keywords

Operation Welcome; Border; Disinformation; Surveillance; Sovereignty.

Introdução

Este artigo é fruto da pesquisa “Fronteiras da mobilidade no Brasil contemporâneo: comunicação e experiência migrante na securitização do acolhimento e da integração social no âmbito da Operação Acolhida”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no âmbito do edital Universal, Chamada CNPq/MCTI/FNDCT No 18/2021 na parceria das Universidades Federais de Pernambuco (UFPE) e de Roraima (UFRR). A pesquisa realizou dois trabalhos de campo, o primeiro no estado de Roraima, em setembro de 2022, e o segundo, em Brasília, em dezembro de 2023. Em Roraima, a pesquisa esteve na capital Boa Vista e na cidade de Pacaraima, na divisa com a Venezuela, onde visitamos abrigos da Operação Acolhida e ocupações em terrenos coletivos geridos por migrantes venezuelanos. Em Brasília, entrevistamos gestores ativos e os que estiveram presentes na formulação da Operação, isto é, Ministérios (Defesa, Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Povos originários, Desenvolvimento e Assistência social, Família e Combate à fome), bem como sedes das agências da Organização das Nações Unidas (ONU), OIM e Acnur, para entender as diretrizes que regem e delinearam um modelo até então inédito no Brasil, mas cujas características se assemelham aos campos de refugiados gestados na Europa e implantados em países tão diversos como Jordânia e Quênia, por exemplo¹.

Segundo texto retirado do Ministério da Defesa, “a Operação Acolhida iniciou-se em fevereiro de 2018, em decorrência do fluxo migratório, desordenado e imprevisível, de pessoas oriundas da crise na República Bolivariana da Venezuela, o qual ocasionou uma situação de calamidade ao estado de Roraima”². Ainda segundo texto oficial, a OPA é “executada com coordenação e sinergia entre o componente militar”, (denominado Força-Tarefa Logística Humanitária – FT Log Hum), e cerca de “120 (cento e vinte) agências e instituições civis, (grifo nosso) nas quais estão presentes: “Órgãos Governamentais, nos níveis federal, estadual e municipal; Organismos Internacionais (OI); Organizações não Governamentais (ONG) e a sociedade civil”. Para completar a sessão de apresentação oficial, destaca-se o caráter exitoso da cooperação cívico-militar, cuja atuação qualificada como harmoniosa “tem levado dignidade e esperança a milhares de venezuelanos, o que vem merecendo reconhecimento nacional e internacional, no contexto de Operações de Ajuda Humanitária” (Brasil, 2022).

Esse foi o contexto da pesquisa em parceria das Universidades Federais de Pernambuco (UFPE) e de Roraima (UFRR) a trabalhar com um conceito alongado de fronteira, discutir a aproximação entre gestão militar e economia humanitária e, sobretudo, para ouvir migrantes e refugiados sobre suas experiências com a OPA. A pesquisa observa a ambiguidade entre controle e acolhimento, defesa de direitos e repressão, e chama atenção para a parceria entre tecnologias digitais, securitização, economia financeira e humanitária, cujo entrelaçamento é o ponto de partida da análise sobre a Operação Acolhida. A investigação da estrutura estabelecida na Operação e sua problematização em torno do conceito de *bios* virtual ou midiático (Sodré, 2014), é a contribuição teórica que está a desenvolver.

Neste trabalho, analisamos, a partir da transcrição de entrevistas e observações etnográficas realizadas nos trabalhos de campo e de documentos recebidos via Lei de acesso à informação (LAI), a configuração da OPA a partir das seguintes premissas: 1) a estruturação como um dispositivo de fronteira que separa a “vida nua” para estar inserido num outro *bios*, o midiático ou virtual (Sodré, 2021, p. 113); 2) a utilização de tecnologias digitais para finalidade de controle, seleção e datificação de migrantes e sua relação com a soberania nacional; 3) a legitimação como “política modelo” a partir de práticas de desinformação (Wardle; Derakshan, 2017; Soares et al., 2021; Albuquerque, 2022) e pactuação de consensos que incluem a reiteração de enunciados parciais, a negação e/ou minimização de problemas e

1 Disponível em: <https://www.unhcr.org/jo/refugee-camps>; <https://www.unhcr.org/ke/dadaab-refugee-complex>. Acesso: 28 out. 2024.

2 Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/exercicios-e-operacoes/acoes-humanitarias/operacao-acolhida>. Acesso: 4 ago. 2023.

a mobilização do medo de migrantes vulnerabilizados, expostos a um ecossistema de discursos falsos que circulam tanto na mídia local como em redes sociais.

Apresentação da Operação Acolhida

Segundo a Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela (R4V), em maio de 2024, havia 7,7 milhões de migrantes e refugiados venezuelanos dispersos em todo o mundo, dos quais 6,6 milhões viviam na América Latina e Caribe³. Entre janeiro de 2017 e abril de 2024, o Brasil registrou mais de 1 milhão de entradas de venezuelanos, sendo que aproximadamente metade permanece em território nacional⁴. Desde fevereiro de 2018, o Governo Federal atua com a população migrante e refugiada vinda da Venezuela por meio da Operação Acolhida (OPA), criada no estado de Roraima e posteriormente disseminada Brasil afora por meio da estratégia de interiorização⁵. A ação é levada a cabo pelo Exército Brasileiro, agências da Organização das Nações Unidas (ONU), Acnur e OIM, e cerca de 120 instituições civis, entre Organizações Não Governamentais (ONGs) e Órgãos Governamentais no acolhimento de venezuelanos nos diferentes níveis federal, estadual e municipal.

A Operação Acolhida efetua desde o trabalho de recepção, documentação, triagem sanitária e abrigamento até a interiorização de migrantes “para vários municípios em busca de novas oportunidades de vida e inclusão socioeconômica”.⁶ Estima-se que mais de 140 mil venezuelanos tenham passado por este programa, os quais foram alocados em 1061 municípios situados nas cinco regiões brasileiras⁷. Na cidade fronteiriça de Pacaraima e na capital Boa Vista, a OPA mantém, ainda, uma diversidade de equipamentos físicos, como abrigos, alojamentos de trânsito e postos de interiorização e triagem (Ptrig), onde os migrantes são registrados, têm o status documental regularizado e encaminhados a serviços de saúde e assistência social. Importante salientar que a militarização da OPA tem sido criticada por contribuir para criminalizar e desumanizar os migrantes⁸, encarados como um problema a ser gerido por forças militarizadas, ao mesmo tempo em que a resposta se notabilizou como “política modelo” ou mesmo “caso de sucesso”⁹ em matéria humanitária, acumulando elogios por parte da mídia e das agências da ONU, incluindo o alto comissário da Acnur¹⁰.

Nesses anos de exercício, a Operação Acolhida apresenta números expressivos em termos de atendimentos prestados. Números que legitimam o ideal de promoção de uma migração segura, ordenada

3 Disponível em: <https://www.r4v.info/en/document/r4v-latin-america-and-caribbean-venezuelan-refugees-and-migrants-region-may-2024>. Acesso: 30 out. 2024.

4 Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2024-06/informe_migracao-venezuelana_jan17-abr24.pdf. Acesso 30 out. 2024.

5 Trata-se do deslocamento voluntário de migrantes para os demais estados da federação, por meio de modalidades que incluem: saída de abrigos em Roraima para abrigos em uma das cidades de destino; reunificação familiar; reunião social; e com vaga de trabalho sinalizada.

6 Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/operacao-acolhida>. Acesso 30 out. 2024.

7 Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/2024-10/informe_deslocamentosassistidosdevenezuelanos_set24.pdf. Acesso em 30 out. 2024.

8 Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/07/23/deportacao-trabalho-escravo-governo-exercito-migrantes-desastre-humanitario/>. Acesso em 30 out. 2024.

9 A expressão foi utilizada pela Coordenadora de Serviços de Acolhimento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Niusarete Margarida de Lima, em palestra disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=Z2MNWtm-0OM&t=11785s>. Acesso em 30 out. 2024.

10 Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2019/08/1683841#:~:text=Grandi%20destacou%20a%20Opera%C3%A7%C3%A3o%20Acolhida,pol%C3%ADtica%20dentro%20da%20pr%C3%B3pria%20Venezuela%E2%80%9D>. Acesso em: 29 abril 2024.

e regular,¹¹ ao passo que colaboram para a consolidação da imagem internacional do Brasil como nação hospitaleira e solidária. A retórica de acolhimento e proteção de direitos adotada pelo discurso oficial, junto à divulgação de estatísticas, reproduzidas em informes¹² como prova de eficácia, a versão positiva propagada pelos entes administrativos pouco diz sobre a experiência de seu público-alvo, do ponto de vista qualitativo. Nesse sentido, a escuta dos migrantes ajuda a desvelar o caráter promissor das respostas fornecidas¹³, ao demonstrar como tanto os abrigos quanto à interiorização têm sido instrumentos que promovem a degradação da vida das pessoas, ao expô-las a situações de semi-confinamento, restrição de autonomia, empobrecimento e exploração laboral (Vasconcelos, 2021; Ceja, 2024).

Contudo, o constante silenciamento de críticas e denúncias (Vasconcelos, 2021) permite que até mesmo a possibilidade de replicação do modelo seja aventada. Isso foi presenciado pela pesquisa em pelo menos dois momentos distintos: o primeiro, em entrevista no Ministério da Defesa (em 7 de dezembro de 2023), e o segundo, durante evento do Observatório das Migrações internacionais, o OBMigra (em 8 de dezembro de 2023), ocasiões em que agentes ligados à administração federal sugeriram que a OPA poderia ser pensada como um “*case* de políticas públicas” para outras populações vulneráveis, “como a Cracolândia, por exemplo”. Essa menção se refere à interiorização de migrantes para trabalhos vinculados ao agronegócio, no caso, ela mesma se configurando como uma intermediadora (Chaves, 2022 Pereira et al., 2022). No entanto, para além dos enunciados de sucesso, a pesquisa buscou conhecer as experiências de acolhimento desde a perspectiva dos atores envolvidos — os migrantes, os trabalhadores e os gestores —, motivo pelo qual uma abordagem de profundidade qualitativa se fez necessária.

Procedimentos metodológicos

A etnografia e suas técnicas embasam a presente investigação por meio da abordagem defendida por Knowles (2017), em que as entrevistas com migrantes devem ser realizadas próximas de suas rotinas cotidianas sem deixar de abordar suas conexões com seus vínculos pessoais deixados no lugar de origem. Nessa perspectiva, as microconexões são reveladas com um olhar para circunstâncias pessoais que levam à migração e reinseridas no contexto social que permite compreendê-las.

Em setembro de 2022, realizamos trabalho de campo em Roraima focado nas experiências dos migrantes que passaram pela infraestrutura da OPA, tanto na cidade fronteiriça de Pacaraima, quanto na capital Boa Vista. A investigação compreendeu observações e entrevistas feitas em equipamentos mantidos pela Operação, entre eles, abrigos indígenas e não indígenas, postos de interiorização e triagem (Ptrig) e alojamentos de trânsito, bem como em terrenos coletivos geridos pelos migrantes comunidades visitadas foram Terra Prometida, João de Barros e Cantá, todas na periferia da cidade de Boa Vista. Seguindo um modelo semiestruturado e em profundidade, documentamos mais de 20 depoimentos, os quais incluíram também relatos em *off* de trabalhadores humanitários das diversas entidades envolvidas. As entrevistas foram transcritas e um relatório parcial foi formulado. A mesma metodologia embasou o trabalho de campo realizado em Brasília, em dezembro de 2023, sendo a capital federal escolhida como *locus* em razão de sua centralidade na articulação e discussão sobre os rumos da gestão humanitária.

Em Brasília, o trabalho de campo se concentrou em entrevistas com gestores ativos e os que

11 Tratam-se dos princípios que regem o Pacto Global para Migração aprovado em 2016 na Assembleia Geral da ONU. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/pacto-global-para-uma-migracao-segura-ordenada-e-regular>. Acesso em 30 out. 2024.

12 Como exemplo, ver <https://brazil.iom.int/pt-br/news/operacao-acolhida-atinge-marca-de-100-mil-pessoas-refugiadas-e-migrantes-venezuelanas-interiorizadas>.

13 O trabalho de campo, realizado em setembro de 2022 pela pesquisa, gerou um relatório parcial entregue em mãos ao então ministro dos direitos humanos do Brasil, Sílvia Almeida. Este mesmo relatório subsidiou a série de reportagens produzidas pela Agência Pública, que podem ser acessadas pelo link: <https://apublica.org/especial/segredos-da-operacao-acolhida/>.

estiveram presentes na formulação da Operação, isto é, Ministérios (Defesa, Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Povos originários, Desenvolvimento e Assistência social, Família e Combate à fome), bem como representantes da OIM e Acnur, para entender, do ponto de vista institucional e governamental, as diretrizes que delinearam a implantação de um modelo de acolhimento até então inédito no Brasil. Também era do interesse da pesquisa obter avaliações e perspectivas quanto à continuidade da Operação, dada a mudança de Governo, e também apresentar o relatório parcial elaborado, contendo denúncias de violações de direitos humanos relatadas sob condição de sigilo, às instâncias responsáveis. Vale destacar que as denúncias envolveram casos de violência física, moral e sexual contra mulheres, crianças, indígenas e população LGBTQIAP+, atuação de facções criminosas dentro dos abrigos, além das condições de moradia e alimentação insalubres, presentes nos relatos dos migrantes como também dos trabalhadores humanitários, cujos relatos revelam falta de treinamento para emergências, levando em conta a rotina de violências nos abrigos, baixos salários, carga de trabalho excessiva, racismo adocimento mental.

Dessa forma, conjugamos os múltiplos métodos que nos propiciem elementos para desvelar o circuito das relações institucionais e parcerias realizadas no planejamento e execução da Operação Acolhida, por meio de análise de documentos recebidos via Lei de Acesso à Informação (LAI)¹⁴, entrevistas com migrantes e responsáveis das organizações envolvidas, e o cruzamento dessas informações com as experiências cumulativas entre pesquisas. Os métodos lançados na pesquisa são meios de problematizar as realidades e dar transparência às verdades acerca da infraestrutura de fronteira entre Brasil e Venezuela que se materializa na Operação Acolhida e se estende além de seus limites territoriais.

Operação Acolhida como dispositivo de fronteira e o conceito de Bios Midiático

Muniz Sodré (2014) descreve o *bios* midiático como uma espécie de chave virtual aplicada “à existência real histórica do indivíduo” (p. 117). A emergência desse novo *bios*, sobreposto às tradicionais formas de elaboração do comum, equivaleria, na visão de Sodré, a uma verdadeira reconfiguração antropológica, dadas as alterações provocadas por ela no campo das relações, subjetividades e sensibilidades humanas. Em síntese, pressupõe-se que o avanço das tecnologias da informação e da comunicação levado a cabo pelo processo globalizador implicaria em uma reorganização “da vida social codificada pelo mercado e pela tecnologia, portanto, à organização do *bios*” (p. 133). Assim, a perspectiva de Sodré torna-se rica ao perceber que a relação entre comunicação, informação e finanças se faz, hoje, um par indissolúvel que sustenta o novo padrão de acumulação e extração de valor.

Nesse contexto de enraizamento e articulação tecnológica do cotidiano, subsumido pela midiaticização, as mídias se afirmam como componente fundamental de práticas socioculturais na sociedade contemporânea. Nisso se inscrevem também as práticas de fronteira, enquanto mecanismos de inclusão/exclusão cuja crescente sofisticação se dá por meio de uma forma de governança tecnocrática, voltada à promoção da segurança via controle e vigilância do próprio corpo em movimento. As fronteiras se veem cada vez mais enredadas por imagens e discursos que as constituem simbolicamente, ao mesmo tempo em que são tecnicamente instrumentalizadas. Pois, como elucida Sara Marino (2021), as fronteiras se tornaram tecno-militarizadas, como resposta ao aumento expressivo de pessoas que as cruzam, e também tecno-mediadas, no sentido das tecnologias digitais ubiquamente empregadas.

Se, por um lado, as tecnologias digitais são fundamentais para pessoas em movimento, desde manterem contato com o local de origem às negociações de pertencimento no novo território, por outro, têm sido mobilizadas também por Estados e corporações capitalistas transnacionais com objetivos pouco

14 Tratam-se das atas de reunião do Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE), órgão coordenado pela Casa Civil e criado para a gestão migratória em contextos de crise humanitária.

divulgados (Madianou, 2019). O migrante venezuelano atendido pela OPA é totalmente documentado, apto para viver no Brasil, e, como um dos pontos nodais que particularizam o modelo de acolhimento brasileiro, pode ser interiorizado para outros estados da federação, devendo permanecer em um dos abrigos enquanto aguarda a designação para trabalho, cujo foco se dá no âmbito do agronegócio, em frigoríficos e fazendas (Demétrio; Baeninger, 2023). No entanto, se o enunciado da Operação impressiona pela efetividade, os relatos colhidos por meio dos migrantes e trabalhadores humanitários denunciam um quadro de múltiplas infrações aos direitos humanos¹⁵.

Nesse caminho, afirmamos que a Operação Acolhida pode ser entendida como dispositivo de fronteira, no sentido de “uma resultante do cruzamento das relações de poder e de saber no quadro do que Foucault denomina como governamentalidade” (Sodré, 2021, p. 112), cuja função é de rede que se estabelece entre discursos, instituições, organizações, leis, medidas securitárias e repressivas, que “tem uma função estratégica concreta e sempre se inscreve numa relação de poder” (2021, p. 112). Muitos são os dispositivos atuantes na sociedade contemporânea, contudo, aqui advogamos o entendimento da OPA como sendo um desses dispositivos que insere a “vida nua” — precária e governável — dos venezuelanos num outro *bios*, o midiático ou virtual, pelo qual “procura neutralizar ou dissolver a comunidade humana, *absolutizando-se*, isto é, constituindo uma esfera entregue a si mesma pela lógica dos dispositivos, (...) mantendo intacto o poder da organização tecnoindustrial” (Sodré, 2021, p. 113). Os interesses corporativos, portanto, prevalecem em detrimento da dignidade de sujeitos reduzidos ao papel de vítimas, logo, despolitizados.

Uma vez que materializa as premissas fundamentais relacionadas ao controle, securitização e seletividade que caracterizam a experiência da mobilidade contemporânea cuja mediação seria inviabilizada se não contasse também com um amplo sistema de tecnologias de controle e datificação das pessoas que cruzam fronteiras, identificamos que o conjunto de ações levadas a cabo pela OPA se situam dentro de um quadro contextual que organiza todos os cruzamentos apontados acima no sentido de conter e organizar contingentes populacionais ao mesmo tempo que institui a “forma campo” (Figura 1), como primeiro descrita por Michel Agier e reelaborada por Achille Mbembe como resposta à presença venezuelana no estado de Roraima. Como discorre Agier (2006), essas estruturas não são novas, assumem particularidades próprias dos lugares onde se desenvolvem, porém, constituem “um conjunto de espaços, hoje em crescimento, para manter refugiados, ‘clandestinos’ e indesejáveis à espera, em sobrevivência e sem direitos” (p. 198).

15 A pesquisa fez parceria com Agência Pública a partir de relatório parcial do trabalho de campo de 2023. Disponível em: <https://apublica.org/especial/segedos-da-operacao-acolhida/>. Acesso: 28 out. 2024.

Figura 1 – Abrigo Rondon II, à época com população estimada em 2 mil habitantes



Fonte: Produzido pelos/as autores/as

Em consonância com Agier, Achille Mbembe primeiro aponta que, na esteira dos movimentos da descolonização, a guerra “se tornou, desde o final do século XX, o sacramento da nossa época” (Mbembe, 2020, p. 12). Nesse contexto, torna-se fundamental o “fazer das fronteiras formas primitivas de afastamento” de inimigos, intrusos e estrangeiros fabricados e que leva, em última instância, ao fracionamento da cidadania. “As fronteiras não são mais lugares que se atravessam, mas linhas que separam. Nesses espaços mais ou menos miniaturizados e militarizados, supõe-se que tudo se imobilize” (Mbembe, 2020, p. 14). Barreiras visíveis — muros, cercas e valas — e invisíveis — representações e discursos, tal como softwares e sensores (Marino, 2021) — são erigidas para legitimar a divisão entre um “nós” soberano e os “outros” indesejáveis, apartados da vida comum. A partir desses marcos, múltiplas formas de atendimento humanitário se proliferam pelo mundo, variando de acordo com as particularidades e necessidades locais.

Nesse contexto, o trabalho simbólico e discursivo em circulação viabilizado pela midiatisação tem um papel decisivo na naturalização de uma subjetividade empreendedora ancorada no conceito de “capital humano”. Para Foucault (2010), o capital humano seria formado de elementos inatos e adquiridos, os quais passam a ter pertinência na medida em que se constituem como recursos raros para um determinado fim, isto é, “o capital humano poderá ser, em primeiro lugar, melhorado e, em segundo, conservado e utilizado durante o máximo tempo possível” a fim de formar uma “competência-máquina” (2010, p. 290). Dardot e Laval (2016) ressaltam que o neoliberalismo “estende a lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial produzindo uma subjetividade ‘contábil’ pela criação de concorrência sistemática entre os indivíduos” (2016, p. 30). Assim, é o conceito de capital humano que legitima, também para Sodré, a necessidade de “organização qualificadora” reunida em torno da ideia de formação, em que, para o autor, “não mais se trata de conhecer (no sentido humanístico da palavra) e sim de tornar-se *competente* (saber operar): “o *bios* virtual ou midiático é o ecossistema dessa nova forma de consciência coletiva” (p. 121). E   por meio do trabalho comunicacional que organiza as relações entre ONGs e o humanitarismo em relação com migrantes a partir da circulação de narrativas de empreendedorismo e bem comum (Autora et al., 2019) com sentidos humanitários, transformando

a crescente individualização e degradação das condições de trabalho em sentimentos de oportunidades e autonomia, como no enunciado que legitima a interiorização de pessoas migrantes para o trabalho vinculado ao Agro.¹⁶

Migração digital, tecnologias de fronteira e soberania relegada

Os chamados *Digital migration studies* (Leurs, 2023; Marino, 2021; Madianou, 2019), desenvolvido a partir de pesquisadores críticos das infraestruturas de fronteira especialmente a partir da Europa, tornam-se uma referência fundamental no que se refere ao uso das tecnologias nos processos de mobilidade e migrações junto aos estudos críticos de migração e fronteiras, em que se observam o paradoxo entre acolhimento, controle e seleção de migrantes.

Para Koen Leurs (2023), o estudo sobre a relação entre tecnologias digitais e as migrações não deve ocorrer de forma isolada, pelo contrário, “reunir conceitos críticos de migração, mobilidade e estudos digitais poderia estabelecer novas pontes entre os campos, bem como estimular a reflexão sobre as suposições dominantes dentro dos campos” (Leurs, 2023). É justamente a partir da problematização da Operação Acolhida com o conceito de *bios* midiático (Sodré, 2014) que percebemos os principais potenciais nessa aproximação. No contexto das migrações transnacionais e dos aparatos de fronteira, com a digitalização da conectividade dos migrantes e do gerenciamento da migração, tem sido produzida uma variedade de dados de “rastreadabilidade da migração” (Madianou, 2019). Os conjuntos de dados em grande escala resultantes são normalmente armazenados por empresas que buscam extrair valor monetário deles ou por órgãos governamentais que buscam ou usam esses dados para gerenciar e prever a migração (Madianou, 2019).

Na Operação Acolhida, o local que funciona como emblema do processo de coleta e armazenamento de dados sensíveis para finalidades de governança é o PTrig. Segundo uma das fontes que participou da implementação da OPA ainda no Governo Temer¹⁷, o Brasil organizou uma comitiva internacional a fim de montar um plano de contingência para o fluxo venezuelano em Roraima. Ao chegar à Jordânia, o grupo se deparou “com um equipamento grande” no qual os moradores dos campos de refugiados eram cadastrados na plataforma de dados *Progress*, gerenciada pelo Acnur, para acessar mantimentos “como alimentação, remédio, fraldas” e atendimentos variados. Apesar de entenderem que no Brasil não caberia o formato do campo, a concentração de serviços digitalizados em um só lugar lhes pareceu adequada para agilizar o processo de regularização migratória e a emissão de outros documentos. Depois de concebido, o PTrig também passou a ser o lugar a partir do qual os venezuelanos são encaminhados aos abrigos e à interiorização, possibilitando sua rastreadabilidade “se ele foi interiorizado, se não foi, para onde foi...”.

Os migrantes digitais são, por exemplo, cada vez mais processados como bancos de dados para fins de asilo ou verificação de visto¹⁸. A digitalização, a datificação e a conectividade co-constituem o ser e a existência do migrante (Cogo; Camargo, 2025). É preciso problematizar, a partir dessa afirmação, as possíveis consequências em termos de exercício da soberania, quando o Estado passa a ser não mais um formulador de políticas públicas, mas apenas uma das entidades que participam de uma gestão dominada por empresas de tecnologia digitais vinculadas à economia humanitária internacional.

Para Floridi (2021) a soberania é uma forma de controle, cabendo refletir sobre quem pode exercê-la, sobre o que, e por quais propósitos. Ao mesmo tempo, quando se pensa soberania nacional na

16 Sobre as condições de moradia e trabalho de migrantes interiorizados, ver <https://apublica.org/2024/09/dourados-ms-venezuelanos-em-risco-de-expulsao/>, acessado em 12 de maio de 2025.

17 Entrevista anônima em Brasília. Dezembro de 2023.

18 Para o detalhamento das plataformas de datificação na OPA, ver o artigo Cogo, D. & Camargo, J. (2025) Migration and the implications of digitalization on the Brazil–Venezuela border. *International Migration*, 63, e70015. Available from: <https://doi.org/10.1111/imig.70015>. Acesso em: 13 de agosto de 2025.

esfera digital surge a necessidade do Estado de regulamentar e controlar o fluxo informacional de seus cidadãos dentro de seu próprio espaço interno e de se pensar os limites entre autonomia e cooperação internacional.

A soberania digital do Estado é um atributo somente reconhecido mais recentemente, que passa a descrever aspectos da autoridade, do direito e da capacidade de um ator estatal controlar seus dados, informações e conteúdos digitais. Isso abrange um controle sobre o ambiente digital em que a população ou vida social estão inseridas, incluindo dados pessoais e não pessoais, infraestruturas para funcionamento de redes e plataformas digitais, programas e outros ativos intangíveis, como direitos de propriedade intelectual, tokens digitais etc. (POLIDO, 2024, p. 5).

Entre os estudos recentes sobre a temática, está também a conceituação do colonialismo digital (ou de dados) para pensar as novas formas de interação entre esses atores. Se considerarmos o colonialismo a partir da instalação de infraestruturas militares para dominação política, econômica e social, podemos entender o fenômeno como o atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista, a partir do uso da tecnologia (Faustino & Lippold, 2022). Koen Leurs (2023, p. 26) ao escrever sobre infraestruturas aponta como seu significado caminhou tanto em termos de engenharia, planejamento e política, para atualmente ser estudado em disciplinas de humanidades e ciências sociais a partir das lentes da tecnologia. Para o sociólogo Michael Kwet “hoje, as ‘veias abertas’ de Eduardo Galeano do Sul Global são as ‘veias digitais’ cruzando os oceanos, conectando um ecossistema de tecnologia de propriedade e controlado por um punhado de corporações sediadas principalmente nos Estados Unidos” (2021).

O que observamos, para além das problemáticas que circundam a monopolização de dados e serviços no campo digital, é a própria presença dos Estados Unidos na execução de ações de assistência à população venezuelana no Brasil, cuja efetivação de direitos se vê cada vez mais perpassada por soluções tecnológicas. Essa afirmação pode ser atestada com o anúncio feito pelo governo norte-americano, em janeiro de 2025, após a posse de Donald Trump, de suspender por 90 dias repasses de recursos para ações internacionais de ajuda humanitária, que afetou tanto a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) quanto as Nações Unidas como um todo, o que inclui a Agência da ONU para as Migrações (OIM). E, por consequência, atingiu os programas de entidades no Brasil que dependem de recursos diretos e indiretos dessas entidades, como a Operação Acolhida¹⁹. Durante o trabalho de campo em Roraima, esta presença se fazia visível desde os logos da USAID e da Oficina de População, Refugiados e Migração do Departamento de Estado (PRM), que é a própria bandeira dos EUA, abundantemente estampadas em cartazes institucionais.

19 Ver <https://migramundo.com/suspensao-de-verba-dos-eua-a-agencia-da-onu-para-migracoes-gera-tensao-e-incerteza-no-brasil-e-no-exterior/>. Acesso em: 12 maio 2025.

Figura 2 – Logo da PRM em cartaz institucional encontrado na Comunidade João de Barro



Fonte: Produzido pelos/as autores/as

Um exemplo de financiamento do PRM implementado pela Cáritas Brasileira e ostentado nos terrenos coletivos que pudemos visitar foi o “Projeto Orinoco: Águas que Atravessam Fronteiras”. O projeto consistia na instalação de banheiros, bebedouros e lavanderias, assim como sistema de saneamento básico nas áreas periféricas onde viviam (Figura 3). Os migrantes relataram, ainda, terem recebido cartões de alimentação financiados pela USAID, além de outros que vinham sem personalização e por isso despertavam desconfiança quanto à possibilidade de desvios. Se, de um lado, eles positivavam os auxílios prestados pelas ONGs, *“los que nos han ayudado”*²⁰, por outro lado, não deixavam de tecer críticas ao modo de funcionamento dos projetos. O projeto Orinoco foi um dos primeiros afetados pelo corte de repasses estadunidenses.²¹

20 Entrevista grupal no terreno João de Barros, Roraima, setembro de 2022.

21 Ver <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2025/01/28/migrantes-venezuelanos- ficam-sem-banheiros-e-ate-agua-potavel-apos-corte-de-verbas-de-trump-unica-coisa-que-tinhamos.ghtml>. Acesso em: 12 maio 2025.

Figura 3 – Instalações do tipo “Wash”



Fonte: Produzido pelos/as autores/as

As ayudas, como os venezuelanos chamam, envolvem desde benefícios emergenciais como cestas básicas e kits de higiene pessoal a atenção prioritária em clínicas particulares de saúde e cursos de empreendedorismo. Em geral, não se trata de demandas espontâneas apresentadas pelas comunidades, mas projetos previamente formatados pelas ONGs que coletam informações que comprovem a sua viabilidade aos órgãos financiadores. Além das queixas sobre a incompatibilidade entre uma parcela dessas ações e as suas reais necessidades, inclusive no sentido de oferecer-lhes soluções mais perenes, os migrantes mostravam-se desconfortáveis com a quantidade de cadastros semelhantes que precisavam preencher, colocando dados pessoais como nome, sobrenome, idade, CPF e a assinatura, na esperança de receber algum benefício.

As passagens transcritas das entrevistas dos trabalhos de campo permitem aprofundar o debate sobre o colonialismo de dados a partir de sua relação com o capitalismo de vigilância, que, segundo Zuboff (2019, p. 22) se apropria da “experiência humana como matéria-prima gratuita para a tradução em dados comportamentais”. Ao escrever que, sob esse novo regime, o momento preciso em que nossas necessidades são atendidas também é aquele “em que a nossa vida é saqueada em busca de dados comportamentais, e tudo isso para o lucro alheio” (Zuboff, 2019, p. 73), a autora fala especialmente do comportamento das Big Techs. No entanto, considerando o que já foi colocado sobre soberania, pensar o lugar onde vigilância, controle, Estado e países donos dessas tecnologias se cruzam com as políticas para migração no Brasil é pensar nas assimetrias e hierarquias que são estabelecidas nesse processo. “A pergunta que eu me faço”, prossegue um de nossos interlocutores, “é: o que ganhou o financiador ao dar dinheiro às instituições para que façam os trabalhos sociais, voluntários? Por acaso não vou ver quantas instituições estão dando o mesmo cartão?22”

22 Entrevista grupal no terreno Terra Prometida, Roraima, setembro de 2022.

A legitimação da OPA via desinformação: entre silenciamentos, omissões e meias verdades

Discutimos até o momento de que maneira a Operação Acolhida pode ser compreendida como um dispositivo de fronteira que reproduz – ao mesmo tempo em que reconfigura – um modelo de governança global das migrações (Mezzadra, 2012) baseado em dados, técnicas de controle, “expertise” humanitária e cooperação interagências. Trata-se de um modelo de gestão que depende do digital não apenas para extrair e armazenar dados, utilizados para monitorar e controlar o movimento das pessoas, mas também para difundir informações através de seus canais oficiais de comunicação, entre sites institucionais e perfis de redes sociais (Madianou, 2013). À vista disso, há que se destacar o papel assumido pela multiplicidade de informes, notícias, boletins e publicações periódicas produzidas pelos agentes estatais do governo e, sobretudo, pelas agências da ONU, OIM e Acnur, no sentido de buscar legitimar a Operação como uma solução eficaz para o “problema” migratório²³.

Se, de um lado, a publicação desses materiais pode vir a produzir um efeito de transparência, por outro, é necessário problematizar os objetivos por trás de tais divulgações no sentido de “construção de uma narrativa bem cuidada (...) que ao mesmo tempo em que visibiliza algumas questões, silencia outras” (Ceja, 2024, p. 222). Em outras palavras, são versões que fazem parte de uma estratégia discursiva onde apenas aquilo que convém à imagem da Operação Acolhida como “política modelo” é repassado. Acreditamos ser esta a forma de construir consensos tanto aos olhos da sociedade local, atendendo à demanda incessante por mais controle, monitoramento e reforço das fronteiras²⁴, quanto de chamar a atenção dos financiadores privados, prestando-lhes contas e, ao mesmo tempo, atraindo novos recursos. Na ata de n.13 do CFAE, a sugestão de que seja “retomado o trabalho de divulgação no âmbito internacional, recordando o sucesso absoluto de uma missão de que participou junto à União Europeia” ilustra bem tal correlação de forças.

Nesse sentido, identificamos que há uma disputa narrativa mais ampla na qual entram em cena os múltiplos interesses econômicos e relações de poder que perpassam a Operação Acolhida, cujos agentes internos, visando “a imposição da ordem a qualquer custo” (Albuquerque, 2022, p. 141), podem chegar ao extremo da prática da desinformação institucionalizada. Por desinformação compreendemos a “circulação de informações distorcidas, manipuladas ou inteiramente falsas que são produzidas com a função de enganar” (Soares et al., 2021, p. 76). Para além do grau de veracidade do conteúdo, a desinformação é, assim, caracterizada pela sua intencionalidade de causar dano a alguém (Wardle; Derakshan, 2017), tendo como efeitos a manipulação da opinião pública e a distorção da realidade. Contudo, o limiar entre a informação e a desinformação pode ser tênue, conforme o descompasso entre os enunciados migrantes e os oficiais revela.

Raquel Recuero (2022) utiliza o conceito de “ecossistema desinformativo” para explicar que o processo que envolve a desinformação é muito mais complexo do que a simples réplica de uma informação duvidosa. A autora levanta a importância de determinados atores dentro deste sistema. Muitas vezes, estes atores são pessoas - no caso aqui discutido, integrantes de instituições do Estado brasileiro e de organizações parceiras - que possuem credibilidade e autoridade socialmente. Portanto, discursos oficiais ganham notoriedade e grau de veracidade por responderem diretamente sobre ações que nascem de lugares já socialmente estabelecidos. “Conforme explicamos, a desinformação, assim, é um tipo de discurso que disputa visibilidade e legitimação” (Recuero, 2021, p. 6). Essa disputa, no entanto, não leva

23 O monitoramento, coleta e análise das publicações em redes sociais da OPA e organizações parceiras é realizado por meio de pesquisa de iniciação científica, desde agosto de 2024.

24 O pedido pela intensificação do controle migratório em Roraima foi motivo de abaixo-assinado em dezembro de 2023, por exemplo. Disponível em : <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/abaixo-assinado-pede-intensificacao-de-controle-da-migracao-venezuelana-em-roraima/>. Acesso: 30 out. 2024.

em consideração os contrastes entre práticas e discursos.

Além de considerar que as informações divulgadas são apenas um recorte repassado como forma de propaganda, cabe atentar para a centralidade ocupada pelos números dentro da construção da referida narrativa exitosa, fiel à lógica da governamentalidade neoliberal com seus “padrões neutros de cálculo e gestão de riscos” (Mezzadra, 2012, p. 87). Ainda mais quando se considera que, por debaixo da aparência de neutralidade e precisão, dados e estatísticas implicam uma determinada forma de representação e ordenamento do real, desde já atravessada por uma racionalidade administrativa que desumaniza os migrantes ao convertê-los em números. Números que impressionam e que, dada à necessidade de bater “metas que demonstrem resultados e justifiquem a manutenção da Operação” (Vasconcelos, 2021, p. 259), devem ser observados com cautela, pois, conforme nos foi relatado por diferentes trabalhadores humanitários, a prática de adulterá-los²⁵ poderia ser até mesmo comum.

Recuperamos esses indícios para argumentar que um dos pilares de sustentação da Operação Acolhida passa diretamente pela difusão de meias verdades, assim como também por ausências e omissões discursivas. Assim, compreendemos que a imposição do projeto como única solução para a “crise migratória” se dá simultaneamente pela exaltação de seus feitos e pelas tentativas de negação daquilo que foge à versão oficial. Isso se torna evidente quando problemas encontrados são apontados como “casos individuais” ou “incidentes isolados”²⁶, logo, minimizados. No trabalho de campo, uma das entrevistas mais elucidativas quanto a esse *modus operandi* se deu em dois momentos: a primeiro em entrevista no Ministério do Desenvolvimento social e combate à fome, o MDS, e o segundo, durante a visita ao escritório do Acnur em Brasília, situações em que foram compartilhadas as denúncias feitas pelos trabalhadores humanitários em Roraima. Ao indagarmos sobre o conhecimento a respeito da sistematicidade de estupros cometidos nos abrigos, bem como da atuação de facções criminosas dentro dos abrigos supervisionados por militares do exército e agentes humanitários do próprio Acnur, as reações variaram entre espanto e frases como “não é que não possa haver uma situação ou outra”²⁷ e “é claro que incidentes acontecem, né?”²⁸.

Longe de se limitar aos momentos de embate na pesquisa, as tentativas de desacreditar evidências que contradizem o consenso formatado pela Operação Acolhida também transpareceram sutilmente nas atas de reunião do CFAE. Como exemplo podemos citar a ata de n. 17, em que casos de trabalho análogo à escravidão vinculados a empresas parceiras da interiorização (via vaga de emprego sinalizada) e denunciados pela imprensa são descritos como “supostos”. Nesse sentido, o descrédito dos fatos, aliada a reiteração de enunciados parciais, como o de que a interiorização promove “novas oportunidades de vida e inclusão socioeconômica”, tem como efeito a produção de um enunciado de sucesso, cujo principal silenciado é o migrante. Pois, como comprovam os nossos interlocutores, “há pessoas que não estão bem, há outros que não tem emprego, nada”²⁹, isso sem falar na impossibilidade, pelo menos em curto prazo, de retornar à fronteira, no caso dos interiorizados, para se manterem mais próximos dos parentes que ficaram na Venezuela.

Durante a visitação a terrenos coletivos geridos pelos venezuelanos em Boa Vista, ficou evidente a forma como os migrantes, por sua condição socioeconômica fragilizada, pelo desconhecimento acerca

25 Um dos mecanismos de manipulação relatados foi a contabilização do número de atendimentos diários prestados por uma ONG a partir dos diferentes tipos de serviços acessados por um mesmo beneficiário. Por exemplo, se uma mãe fosse simultaneamente receber uma orientação documental e uma cesta básica, ela seria contabilizada duas vezes.

26 <https://apublica.org/2024/07/migrantes-e-trabalhadores-relatam-violencia-crime-e-medo-na-operacao-acolhida-em-roraima/>

27 Entrevista MDS, dezembro de 2023.

28 Entrevista no escritório ACNUR em Brasília, dezembro de 2023.

29 Entrevista grupal no terreno Terra Prometida, Roraima, setembro de 2022.

das leis, dos direitos, dentre outros aspectos da sociedade brasileira, têm sido expostos a informações ora imprecisas, ora falsas, que influem negativamente em suas tomadas de decisão. Narrativas que desinformam na medida em que mexem com suas expectativas e emoções, sendo deliberadamente fabricadas para lhes causar dano (Wardle; Derakshan, 2017). Tal foi o caso das coerções praticadas pelos militares para agilizar a remoção das famílias da ocupação Ka Ubanoko³⁰, após ordem de despejo emitida pela OPA, e, ao mesmo tempo, convencê-las a aderirem aos abrigos. “Eles trabalhavam as pessoas de maneira psicológica. Para quê? Para meter medo na pessoa. (...) Então diziam ‘quando vier a prisão, quando vierem as máquinas, o que vocês vão fazer?’” (Entrevista grupal Terra Prometida. Setembro de 2022; grifo nosso), relembra uma das lideranças ouvidas.

Nas vésperas das eleições presidenciais de 2022, acompanhadas com atenção, tensão e incerteza latentes pelos venezuelanos que vivem no Brasil, o legado do governo Bolsonaro no que se refere à instrumentalização político-ideológica da crise do país vizinho também se fez presente. Apesar de todas as críticas tecidas contra a militarização da gestão migratória, nossos entrevistados expressaram amplo apoio ao mandatário, reproduzindo como justificativa o bordão “se Lula ganha o Brasil vira a Venezuela”. O quadro descrito pela pesquisa chama a atenção para como os migrantes têm sido foco de grupos de extrema direita que se utilizam de mentiras e retóricas alarmistas não apenas como forma de cativar eleitores, mobilizados por discursos de caráter racista, xenofóbico e nacionalista (Cogo, Alencar, 2022), mas também como meio de manutenção de apoio de grupos vulnerabilizados, como é caso dos venezuelanos.

Por outro lado, mesmo com a mudança para um governo progressista, como o atual, a pesquisa observa com atenção o fortalecimento da Operação Acolhida, não só pelos crescentes números de atendimentos e interiorizações, mas também a partir das análises desenvolvidas por agentes do Estado. Dessa forma, este artigo demonstra a relevância do conceito de midiaticização: migrantes estão igualmente imersos no *bios* midiático (Sodré, 2014), caracterizado pelas junções entre o mercado, a financeirização e a retração de políticas públicas. Esse ecossistema institui a escala informacional a um novo patamar, uma vez que se soma à experiência vinculativa do comum contemporâneo uma esfera pública inflamada por mentiras que circulam em redes oficiais e no submundo das *fake news*.

Considerações finais

O que apontamos neste trabalho é a dissolução de uma ideia de soberania que resume a atuação do Estado a partir da militarização e emissão de documentos, em uma série de ações que tornam possível a sujeição de certas vidas. Nesse sentido, a soberania consiste cada vez mais “no poder de fabricar toda uma série de pessoas que, por definição, vivem no limite da vida, ou no limite externo da vida, pessoas para quem viver é um constante acerto de contas com a morte” (Mbembe, 2020, p. 68). Assim é que, no contexto brasileiro, as políticas migratórias têm sido marcadas pela precarização de vidas migrantes e refugiadas, ao mesmo tempo em que são implantadas a partir de modelos gestados por agentes externos. O “nacional” deixa seu espaço para ser ocupado pelo agenciamento de organizações parceiras e reproduz experiências testadas alhures, expondo a inexistência de uma política de fato nacional. Tal cenário nos revela que as práticas de controle exercidas pelo Estado, apoiadas em organismos internacionais, estão localizadas na institucionalização de uma infraestrutura que redesenha a presença de países do Norte nas políticas do Sul.

Destacamos, nesse sentido, o papel das tecnologias digitais na concepção do controle sobre os corpos migrantes e a catalogação de dados referentes aos seus processos de mobilidade como parte de uma mesma interferência geopolítica. Transformando as fronteiras em espaços tecno-militarizados e tecno-mediados (Marino, 2021), reorganizando o espaço político-institucional do comum a partir do

30 A desmobilização da ocupação espontânea foi o ponto de partida para a compra dos terrenos coletivos onde atualmente vivem os migrantes com os quais conversamos.

que Sodré (2014) nomeia como *bios midiático*, reconfigurando, enfim, a vida dessas pessoas por meio de modelos hegemônicos do capital e do mercado globais, nos quais a indústria humanitária se faz plenamente inserida. Ainda como reflexos da imersão nesse *bios*, às bases de dados e ferramentas de monitoramento e rastreamento utilizados para regular os trânsitos na fronteira Brasil-Venezuela também se somam as notícias falsas formuladas sobre e/ou dirigidas aos venezuelanos. Juntos, a datificação e o ecossistema desinformativo (Recuero, 2022) — fomentado, inclusive por meio de agentes vinculados à Operação Acolhida — legitimam o controle e a exclusão de migrantes vulnerabilizados.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso de. Mídia, desinformação política e o desafio da soberania informacional [Entrevista cedida a] Marcela Barba; Fernando Egert. **Compolítica**, v. 12, n. 3, p. 139-156, 2022.

AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial, *Tempo Social*, **revista de sociologia da USP**, v. 18, n. 2, 2006. CEJA, Iréri. El encanto de la migración: Una etnografía sobre fronteras, interiorización y el gobierno de la migración venezolana en Brasil (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2024.

CHAVES, João F C. Humanitarismo, migração e trabalho precarizado no Brasil: em busca dos nexos possíveis. **ANais 46o Encontro Anual da Anpocs**, Campinas, 2022.

COGO, Denise. O papel da migração venezuelana nas eleições brasileiras. **Latinoamérica** v.1, n.28 dez. 2023. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/pt-br/o-papel-da-migracao-venezuelana-nas-eleicoes-brasileiras/>. Acesso: 07 ago. 2024.

COGO, Denise; CAMARGO, João. Migration and the implications of digitalization on the Brazil–Venezuela border. **International Migration**, v. 63, e70015, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/>. Acesso em: 13 de agosto de 2025.

DEMÉTRIO, Natália; BAENINGER, Rosana. Trabalho nos frigoríficos do Brasil: a constituição do precariado migrante e o papel do recrutamento humanitário. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 6, p. 1- 37, 2023. Doi: <https://doi.org/10.33239/rjtdh.v6.159>.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

FLORIDI, Luciano. **The fight for digital sovereignty**: what it is, and why it matters, especially for the EU. 2021. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3827089>. Acesso em: 22 out. 2024.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2010.

KNOWLES, Caroline. **Nas trilhas de um chinelo**: uma jornada pelas vias secundárias da globalização. São Paulo, Editora Annablume, 2017.

KWET, Michael. **Digital colonialism**: the evolution of US empire. 2021. Disponível em: <https://longreads.tni.org/digital-colonialism-the-evolution-of-us-empire>. Acesso em: 24 out. 2024.

LEURS, Koen. **Digital Migration**. Londres: Sage Publications, 2023.

MADIANOU, M. The biometric assemblage: surveillance, experimentation, profit, and the measuring of refugee bodies. **Television & New Media**, v. 20, n. 6, p. 581-599, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1527476419857682>.

MADIANOU, M. Humanitarian campaigns in social media: network architectures and polymedia events. **Journalism Studies**, v. 14, n. 2, p. 249-266, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/1461670X.2012.718558>.

MARINO, Sara. **Mediating the Refugee Crisis**: Digital solidarity, Humanitarian Technologies and Border Regimes. Londres: Palgrave Macmillan, 2021.

MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. São Paulo: N-1 edições, 2020.

MEZZADRA, Sandro. Multidão e Migrações: a autonomia dos migrantes. Rio de Janeiro: **Revista Eco-Pós**, n. 15, 2012.

PEREIRA, D. JANOT, M; FREIXO, A. Humanitarismo como ativismo político militar brasileiro. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 18, n. 37, p. 81-106, 2022.

POLIDO, Fabricio Bertini Pasquot. Estado, soberania digital e tecnologias emergentes: interações entre direito internacional, segurança cibernética e inteligência artificial. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 1–30, 2024. DOI: 10.35699/2525-8036.2024.53066. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/e53066>. Acesso em: 20 out. 2024

RECUERO, Raquel. A guerra da vacina: o ecossistema desinformativo. **Medium**, 28 jan. 2022. Disponível em: <https://medium.com/@raquelrecuero/a-guerra-davacina-o-ecossistema-desinformativo-feb84e94bc7e>. Acesso em: 6 maio 2025.

RECUERO, R., & Soares, F. (2021). O Discurso Desinformativo sobre a Cura do COVID-19 no Twitter: Estudo de caso. **E-Compós**, 24. <https://doi.org/10.30962/ec.2127>. Acesso em: 06 de maio de 2025.

SOARES, Felipe Bonow et al. Desinformação sobre o Covid-19 no WhatsApp: a pandemia enquadrada como debate político. **Ciência da Informação em Revista**, v. 8, n. 1, p. 74-94, 2021.

SODRÉ, Muniz. **A sociedade incivil**: mídia, iliberalismo e finanças. Petrópolis: Vozes, 2021.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

VASCONCELOS, Iana. **“Desejáveis” e “indesejáveis”**: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2021.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information disorder**: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Report. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**. 2019. Disponível em: <https://nae.com.pt/wp-content/uploads/A-Era-do-Capitalismo-de-Vigilancia-Shoshana-Zuboff.pdf>. Acesso em: 24 out. 2024.